

IDENTIDADE CULTURAL E TERRITÓRIO: O ENSINO DE GEOGRAFIA E OS QUILOMBOS DO VALE DO RIBEIRA-SÃO PAULO- BRASIL¹.

Lisângela Kati do Nascimento²

Departamento de Geografia

Universidade de São Paulo

Resumo:

O presente artigo aborda uma reflexão sobre a relação entre o ensino de geografia e a identidade cultural das comunidades remanescentes de quilombos³, localizadas na região do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, Brasil.

O Vale do Ribeira concentra as maiores manchas contínuas remanescentes de Mata Atlântica e, visando preservar esse bioma, a partir da década de 1950, foram criadas Unidades de Conservação por toda a região, implicando em inúmeras restrições às comunidades quilombolas, no que se refere ao seu modo tradicional de utilização dos recursos naturais. Além disso, a partir da década de 1980, essas comunidades passam a conviver com o risco de expropriação de seus territórios, devido à possibilidade de construção de barragens ao longo do curso do rio Ribeira.

Os estudos realizados no Brasil sobre as comunidades de quilombos nos mostram que a base geográfica é um dado empírico fundamental para se compreender a identidade cultural dessas comunidades, pois o território é a condição essencial que define quem são esses grupos e quem são esses sujeitos sociais no contexto fundiário brasileiro. Qual é o papel da escola nesse contexto? Será o ensino de geografia capaz de contribuir para a (re) construção da identidade cultural das crianças quilombolas?

Palavras- chaves: comunidades remanescentes de quilombos, ensino de geografia, Vale do Ribeira, Unidades de Conservação, barragens.

¹ Esse artigo compreende resultados parciais da pesquisa de Mestrado, desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Doutora Sueli Ângelo Furlan.

² Professora de geografia da Escola da Vila- SP. Dados para contato: Rua Alberto Nascimento Júnior, n. 178, apartamento 43- Bloco Ivaí, Jardim Bonfilioli- São Paulo- SP- Brasil. Email: lkati@yahoo.com

³ Em outros países americanos recebem o nome de Marrons, Palenques, Cimarrones e Cumbes

1. Metodologia e estruturação do trabalho de campo

A presente pesquisa centrou-se no estudo da relação entre a educação escolar desenvolvida no Vale do Ribeira e o tratamento das questões culturais e sociais inerentes à região. A partir da análise do ensino de geografia nas escolas públicas dos municípios de Eldorado e Iporanga, onde a maioria dos quilombolas estuda, o objetivo principal da pesquisa foi identificar na proposta didática de geografia do Ensino Fundamental I e II, conteúdos específicos que abordassem questões locais e regionais. A questão principal foi compreender se a forma de abordar os conteúdos conceituais, as estratégias utilizadas e os discursos realizados pelos docentes contribuem (ou não) para a valorização e (re) construção da identidade cultural quilombola.

O trabalho de campo teve como foco investigativo a observação de aulas da Escola de Ensino Fundamental I do Quilombo Ivaporunduva e entrevistas com os professores de geografia do Ensino Fundamental II das escolas públicas. Também foram selecionados para participarem como informantes nesta pesquisa, estudantes, membros e líderes da comunidade quilombola do Ivaporunduva. Foram utilizadas três formas de abordagem em etapas diferentes da pesquisa: conversas informais, entrevistas semi-estruturadas e observação participante. Além das entrevistas, da observação de aulas, a análise dos materiais didáticos utilizados nessas escolas constituiu instrumentos importantes da pesquisa.

2. Caracterização das comunidades de quilombos do Vale do Ribeira

A região do Vale do Ribeira apresenta o maior número de remanescentes de comunidades de quilombos do Estado de São Paulo. O Itesp - Instituto de Terras do Estado de São Paulo⁴ - identificou até janeiro de 2006, 37 comunidades no Estado, sendo 26 delas localizadas na região, nos municípios de Eldorado

⁴ O Itesp é uma autarquia estadual ligada à Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania. É responsável pela identificação e reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo e pela titulação das áreas públicas estaduais por elas ocupadas.

Paulista e Iporanga. Vale ressaltar que, segundo a Fundação Cultural Palmares⁵ existem no Brasil inteiro por volta de 1.264 comunidades de quilombos inventariadas.

As comunidades de quilombos no Brasil caracterizam-se, como outras populações tradicionais⁶, pelo seu forte vínculo com o meio ambiente em que vivem, onde se verifica um alto grau de conservação dos ecossistemas naturais. Essas comunidades têm sua estrutura produtiva baseada na prática da agricultura de subsistência, que assegura os produtos básicos para o consumo familiar, e em uma pequena comercialização de parte de sua produção a fim de suprir necessidades outras que a agricultura praticada não consegue proporcionar. (ANDRADE *et alli*, 2000)

Em relação às comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, foco do presente estudo, foi possível observar que as relações sociais são alicerçadas sob laços de parentesco e os trabalhos cotidianos, principalmente os desenvolvidos na roça, são organizados sob base familiar. Alguns trabalhos, como a colheita, são realizados em mutirões, onde estão presentes amigos e parentes, evidenciando a permanência de relações solidárias que foram construídas historicamente através da dinâmica de desenvolvimento conjunto das populações e do território onde se estabeleceram desde o século XIX, aproximadamente. A terra é de uso comum e cada família possui sua determinada parcela, onde desenvolvem suas plantações de arroz, mandioca, feijão, batata doce, inhame, milho, etc. e criam seus animais (MIRALES, 1998).

Essa sociabilidade intrínseca ao modo de vida das comunidades quilombolas, bem como sua caracterização étnica⁷, tem suas raízes históricas

⁵ A Fundação Cultural Palmares - FCP - é uma fundação do governo federal, cuja criação foi autorizada pela Lei no 7.668/88 e “materializada” pelo Decreto n. 418/92, com a finalidade de promover a cultura negra em suas inúmeras expressões e manifestações no seio da sociedade brasileira.

⁶ De acordo com Diegues (2000) o termo “População tradicional” designa um grupo de pessoas que detém “um conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais; importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; importância das simbologias, mitos rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativas; dependência com a natureza, os ciclos naturais, e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida”

⁷ A emergência do dado étnico está atrelada à consolidação de uma identidade coletiva fundada tanto numa autodefinição consensual, quanto em práticas político-organizativas, em sistemas intrínsecos e em símbolos próprios. (ANDRADE *et alli*, 2000)

remetidas à concentração do grande contingente negro na região, o que ocorre principalmente devido à extração de minerais preciosos como o ouro durante os séculos XVII e XVIII e à produção de arroz durante o século XVIII. (CARRIL, 1995)

As comunidades negras, formadas por escravos foragidos, libertos ou abandonados, assentaram-se em terras próximas às margens do rio Ribeira em busca de sua autonomia e defesa dos preconceitos e da hostilidade da sociedade "branca". Organizaram-se de modo a poder reproduzir-se social e materialmente através de relações de solidariedade, ajuda mútua e do acesso comum à terra. (QUEIROZ, 1983; MIRALES, 1998; STUCCHI, 1996).

O rio Ribeira sempre foi a referência para todas as comunidades rurais ao longo dele organizadas. Para as comunidades quilombolas, bem como para outras comunidades ribeirinhas, ainda nos dias atuais, o rio Ribeira desempenha papel fundamental como meio de comunicação, transporte, pesca, lazer, e para a perpetuação da dimensão simbólica dos habitantes dessas áreas. (STUCCHI, 1996).

2.1. Mudanças no modo de vida tradicional: desafios e (re) construções

Até o início do século XX, a vida cotidiana das comunidades negras do Vale do Ribeira permaneceu inalterada. A partir de 1930, começaram surgir algumas intervenções que influenciaram o modo de vida dessas comunidades. A introdução, nessa época, do cultivo da banana na região, penetrou também no modo de vida e de relação com a terra e sua produtividade no interior das comunidades quilombolas ali localizados. (ANDRADE:2000)

Em 1950, inicia-se também a extração do palmito juçara, fato que altera significativamente a vida produtiva das comunidades, já que muitas famílias abandonaram seus roçados, dedicando-se quase que exclusivamente a essa atividade com a finalidade de comercialização, tornando-se dependentes de produtos que até então produziam para a sua subsistência. (CARRIL,1995)

Nessa mesma época, são criados Parques Estaduais, Áreas de Proteção Ambiental e de Vida Silvestre por toda a região do Vale do Ribeira. As áreas destinadas à formação dos parques são, de acordo com o Estado, terras devolutas e, nesse sentido, estão livres da presença humana, ignorando-se dessa forma, a ocupação centenária e imemorial das comunidades negras nesses territórios. As políticas ambientais impuseram uma série de restrições ao modo de vida das comunidades quilombola que, segundo os próprios moradores, foram imposta de maneira brusca, sem qualquer discussão prévia para o devido esclarecimento.

Diante desse quadro, muitas pessoas tornaram-se assalariadas nas fazendas próximas às comunidades ou se submeteram à extração clandestina do palmito como fonte alternativa de subsistência, exercendo assim atividades extratoras ilegais. Nesse contexto, o papel desempenhado pelos agentes ambientais passa a ser visto pelas comunidades como uma ameaça ao seu modo de vida, uma vez que eles agem, na maioria das vezes, de forma bastante autoritária, usando várias maneiras de repressão, como a aplicação de multas e até mesmo o uso do poder de coerção.

Complementando o conjunto de intervenções no modo de vida tradicional, a partir de 1988, as comunidades negras do Vale passam a correr o risco de perderem seus territórios devido a possibilidade de construção de barragens ao longo do curso do rio Ribeira⁸. A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) - Grupo Votoratin, com o objetivo de produção de energia elétrica, em caráter privado, para aumentar a sua exportação de alumínio para os EUA, Japão e Europa, iniciou os estudos para a construção da barragem Tijuco Alto, simultaneamente com a CESP (Companhia Energética do Estado de SP) que pretende construir mais três: Itaoca, Funil e Batatal, com o objetivo de aproveitamento múltiplo- geração de energia e controle das cheias.

⁸ Os projetos de construção de barragens para o rio Ribeira de Iguape remontam à década de 1950 e 1960, mas é somente a partir do final dos anos 80, quando se intensificam os debates e a possibilidade da construção, que essa problemática passa a ser internalizada no pensamento e na ação das comunidades negras da região (CARRIL, 1995).

No Brasil, os inúmeros exemplos de populações que, devido à construção de Usinas Hidrelétricas (UHE), foram expulsas de seus territórios tradicionais, perderam sua auto-estima e sua autonomia, e estão vivendo hoje marginalizadas como os Parakanã, Guajajara e Krikati no Pará, atingido pela UHE Tucuruí; os Waimiri Atroari, atingidos pela UHE Balbina no Amazonas; os Ofaié atingidos pela construção da UHE Porto Primavera no Mato Grosso; a comunidade quilombola de Mucambo em Sergipe, pela UHE Xingó, entre outras, assustam as comunidades que moram às margens do rio Ribeira de Iguape, pois a ameaça de perder seus territórios devido a possibilidade de construção das barragens tornou-se uma constante na vida quilombola a partir do início da década de 1990.

Outra questão de fundamental importância, que passa a definir uma série de reestruturações na vida cotidiana das comunidades de quilombos foi a aprovação em 1988 do artigo 68, que trata da titulação da terra de quilombos, o qual faz parte do Ato das Disposições Transitórias (ADT) da Constituição Federal:

Aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado, emitir-lhes os respectivos títulos.

Vale ressaltar que, o direito constitucional aos seus territórios afirmou positivamente a luta contra a construção das barragens, porém ele por si só não garante a segurança da permanência das comunidades em suas terras, caso seja aprovado o licenciamento ambiental para a construção das barragens.

A partir de suas experiências acumuladas, as comunidades começam reagir às políticas públicas (MENEZES, 1988). Assim, para manterem o seu modo de vida tradicional, no que se refere à utilização dos recursos naturais e, principalmente, permanecer na terra, que por direito lhes pertence e não ter o mesmo destino das populações acima mencionadas, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira começam a se organizar socialmente, com o apoio da Igreja Católica da cidade de Eldorado, culminando na formação em 1992 do Moab (Movimento dos Ameaçados por Barragens). Atualmente, Moab é responsável por

reunir em seu interior a discussão de uma série de problemáticas inerentes à essas comunidades.

Até o presente momento, os projetos de construção das barragens da CESP estão paralisados por falta de recursos do Governo do Estado e o de Tijuco Alto está paralisado por decisão judicial, o que não garante que as obras sejam concretizadas.

No que se refere à titulação⁹ das terras quilombolas no Vale do Ribeira, somente quatro das 26 comunidades conseguiram o título de propriedade, sendo elas: Maria Rosa, São Pedro, Pilões e Ivaporunduva. Todas as demais ainda estão passando pelo processo de reconhecimento ou aguardando a titulação. O principal obstáculo à titulação é a complicada questão fundiária do Vale do Ribeira.

3. A educação e os quilombos do Vale do Ribeira

"Tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a, e da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão — tarefa necessária, ainda que insuficiente, para caminhar na direção de uma sociedade plenamente democrática. É um imperativo do trabalho educativo voltado para a cidadania, uma vez que tanto a desvalorização cultural — traço bem característico de país colonizado — quanto a discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos; portanto, para a própria nação."(PCN's de Geografia)

Como podemos observar são vários os problemas e conflitos sociais enfrentados pelas comunidades de quilombos do Vale do Ribeira. Além de lutar para garantir seus direitos e manter o seu modo de vida tradicional e seus territórios, as comunidades têm de enfrentar ainda problemas relacionados à educação.

A educação oferecida pelas escolas existentes dentro das comunidades envolve o Ensino Básico, de primeira a quarta série. Dessa forma, a criança que pretende continuar seus estudos precisa se deslocar para as cidades de Eldorado

⁹ A titulação das terras quilombolas deve ser realizada respeitando as especificidades de ocupação das terras. Portanto, o Poder Público deve garantir que a área titulada consiga abranger um determinado tamanho que possa garantir aos grupos negros à reprodução de sua vida material, bem como (re) produção de sua vida imaterial, incluindo aí manifestações culturais e específicas de cada comunidade.

ou Itapeúna. Isto de certa forma, vulnerabiliza a comunidade frente ao outro, uma vez que na escola a homogeneização e a abordagem da sociedade majoritária predomina.

Muitas dificuldades surgem nesse percurso. Algumas delas são de ordem estrutural, como a travessia todos os dias do rio Ribeira, que é realizada, na maioria das vezes, sem equipamentos de segurança, como o colete salva-vidas. As chuvas em excesso também constituem outro fator que dificulta e, às vezes, impede a travessia, fazendo com que o aluno chegue atrasado ou até mesmo fique impossibilitado de comparecer à aula. Segundo os jovens estudantes, quando isso ocorre, a direção das escolas não compreende o ocorrido, desprezando suas justificativas.

Além das questões estruturais, observa-se a falta de um projeto pedagógico, com uma proposta teórico-metodológica que contemple a pluralidade cultural e privilegie como foco de estudo e análise o espaço geográfico local, identificando nele as formas de produção historicamente construídas e os conflitos inerentes à ocupação territorial da região. Isso dificulta a formação de uma reflexão crítica e sem preconceitos, tanto por parte dos educandos como também dos próprios educadores, pois os quilombolas acabam sendo vistos, nessas escolas, muitas vezes de forma estereotipada.

Toda vez que se fala em quilombos, tem um rótulo e esse rótulo tem sempre uma direção negativa. Chega na cidade, você percebe que as pessoas vêem a gente como o pessoal do quilombo que é contra o progresso, que é contra as barragens, então a barragem vai trazer o progresso e os quilombolas é contra, então são pobres. Tudo nessa linha, que faz com que as pessoas desconheçam o quilombo (Oriel, jovem quilombola do Ivaporunduva)

Um dos líderes entrevistado critica a maneira pela qual as escolas públicas de Eldorado e Itapeúna desenvolvem suas propostas pedagógicas. Para ele, as escolas desqualificam a experiência de vida e os valores culturais desse povo. Ressalta ainda que, a maioria dos professores por não conhecerem as comunidades e os costumes quilombolas reforçam ou contribuem para a discriminação racial.

Para outro líder quilombola entrevistado é fundamental que os professores tenham uma melhor formação. Em sua opinião, há por parte dos educadores um

despreparo, além da falta de conhecimento sobre a história do continente africano e a questão dos negros brasileiros, o que resulta na deficiência do ensino étnico-racial.

Os materiais didáticos utilizados também não contribuem para superação dos preconceitos e da discriminação, tratando o negro ainda como reminiscência histórica da época da escravidão. Ou seja, os negros que são referidos nas aulas, principalmente de história, não tem relação alguma com esses sujeitos históricos que estão no presente, ali mesmo dentro da sala de aula. A história de seus antepassados e sua própria história não é reconhecida. Essa situação força, muitas vezes, a negação da própria identidade cultural e social, pois ser negro nesse contexto é ser ignorante e marginal.

3.1. A identidade questionada: o ensino de geografia e as questões locais

"O conhecimento geográfico abre ao jovem a possibilidade de pensar o homem por inteiro em sua dimensão humana e social, aberto ao imprevisto, aberto ao novo com força ou poder para residir e intervir na sociedade da qual é participante". (PONTUSCHKA, 1998: 65)

Sendo a Geografia a ciência que estuda as relações entre o processo histórico que regula a formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza através da leitura do espaço geográfico, o ensino dessa disciplina deve possibilitar que os alunos compreendam a realidade de forma mais ampla e integrada, a fim de que se tornem cidadãos mais conscientes em relação ao mundo em que vivem e, principalmente, em relação aos problemas sociais que os cercam.

Dada a realidade ambiental e sócio-cultural do Vale do Ribeira, tínhamos como hipótese inicial que as propostas educacionais já tinham inserido a história de sua gente e a geografia regional como eixos norteadores de seus trabalhos. Assim, buscava-se identificar no currículo de ensino de geografia conteúdos específicos que abordassem questões locais e regionais.

Devido às dificuldades institucionais não foi possível realizar observações de aula nas Escolas de Ensino Fundamental II. Dessa maneira, o único

instrumento de pesquisa utilizado nesse segmento foram as entrevistas. As questões foram estruturadas em torno da problemática das barragens, sobre aspectos históricos de formação do Vale do Ribeira, preservação ambiental e desenvolvimento econômico e sobre aspectos culturais da vida dos quilombolas.

A situação econômica do Vale do Ribeira e suas conseqüências sociais acarretam a busca pelo "progresso" e "desenvolvimento". Assim, no discurso político interno se faz notável os esforços para industrializar a região para torná-la "moderna". Desconhecendo ou ignorando a presença das populações quilombolas nas margens do rio Ribeira de Iguape, os projetos de construção de barragens ganham força interna, mobilizando diversos atores sociais no intuito de sua concretização. Nesse contexto, o povo quilombola constitui, na visão de muitos, um obstáculo ao desenvolvimento econômico da região, gerando assim enormes conflitos em torno dessa problemática.

No que se refere à construção de barragens para o rio Ribeira, as opiniões dos professores são diversas. A falta de conhecimento sobre os seus possíveis impactos sociais e ambientais impede uma leitura crítica dessa questão na escola e mais uma vez, a negação da identidade quilombola pode ser percebida entre os estudantes.

O objetivo principal da inserção desse tema nas entrevistas não era identificar se o professor é contra ou a favor das barragens, mas entender como trabalha ou discute essa problemática em sala de aula. Essa é uma questão polêmica, que envolve diferentes pontos de vista, sendo extremamente forte os discursos no Vale do Ribeira que colocam os quilombolas como entrave para progresso e para a modernidade, como nos referimos anteriormente.

Grande parte dos professores apresentou conhecimento sobre a existência dos projetos de barragens. No entanto, dois aspectos chamam atenção. O primeiro deles é que a maioria desses professores diz não "saber direito" sobre os possíveis impactos ambientais e sociais, principalmente em relação às comunidades de quilombos. Um grupo ressaltou a falta de empregos na região e assim, as barragens representam a possibilidade de geração de um bom mercado

de trabalho. Outro grupo ressaltou a importância das barragens para conter as enchentes,

“Aqui tem muita enchente. As barragens impedem que tenha as enchentes e que tanta gente fique desabrigada. É muito triste quando tem enchente.” (Depoimento de um professor)

As duas idéias apresentadas se inserem na perspectiva do senso comum do Vale do Ribeira, reforçadas por campanhas políticas, segundo as quais a construção de barragens constitui importante meio para a contenção de enchentes e, principalmente, caminhos para o desenvolvimento econômico da região, promovendo um excelente mercado de trabalho e, com isso, grande geração de renda.

Vale ressaltar que, dois professores se colocaram de forma crítica diante da problemática em questão. Para eles, as barragens constituem um importante meio de contenção de enchentes, mas isso não pode sobrepor aos impactos na vida quilombola. Além disso, argumentam que as propagandas políticas veiculam a geração de um grande número de empregos, porém ambos alegam saber que os estudos realizados negam esse fato.

No entanto, a maioria dos professores disse que não é um tema recorrente na aula, pois seguem a seqüência didática proposta no livro utilizado, por isso, *“não dá tempo de englobar outros assuntos”*. (Depoimento de um professor)

Outro tema importante de ser ressaltado está relacionado à problemática da pobreza econômica e riqueza ambiental da região. Nesse aspecto, ficou explícita a dificuldade dos professores para trabalharem um tema tão complexo como esse. Geralmente, os docentes se colocaram a favor da preservação do meio ambiente, mas quando questionados sobre a possibilidade de conciliar a preservação do meio ambiente e a melhoria das condições de vida da população que vive em torno das unidades de conservação, responderam que é muito difícil ter uma opinião.

Qual é o papel da escola diante dessas questões? Se no Vale do Ribeira a discussão sobre a preservação ambiental e a atuação do movimento ambientalista se choca com a necessidade de geração de empregos e alternativas para a população local sair da condição de pobreza econômica em que se encontra, não

seria papel da disciplina de geografia propor aos alunos uma reflexão sobre os caminhos e possibilidades para conciliar preservação e desenvolvimento, por exemplo?

Para o tema sobre a história da ocupação negra na região, os professores colocaram novamente que seguem a estrutura curricular do livro didático usado e, por isso, não abordam aspectos regionais. Em relação aos quilombos, disseram que aprenderam há pouco tempo e como os materiais didáticos utilizados não tratam a questão, torna-se difícil trabalhar a temática em sala de aula.

A partir dos dados coletados com as entrevistas percebe-se que no Ensino Fundamental II pouco se discute questões do contexto social, ambiental, econômico e cultural no qual as crianças estão inseridas. Além das entrevistas com professores, realizamos entrevistas com alunos de 5ª a 8ª série das escolas de Eldorado e Itapeúna. Mais uma vez foi possível identificar que as experiências reais dos alunos e seus valores culturais não são reconhecidos como elementos importantes para a elaboração de propostas pedagógicas e seleção de conteúdos na disciplina de geografia desse segmento de ensino.

Certamente, não é tarefa simples para o professor reconhecer e valorizar as experiências dos alunos. Mas, como Dauster (2006:70) nos coloca, é preciso que o professor *pense* o aluno dotado de uma identidade construída histórica e socialmente.

Daí a importância não só de trazer o seu cotidiano para o interior da escola, mas também o desafio de conhecer e respeitar a diferença cultural e a heterogeneidade de experiências sociais. A escola é uma instituição privilegiada, na medida em que possibilita o contato entre atores com diferentes visões de mundo, podendo promover o seu encontro e a troca de significado de vivências.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia (1997)¹⁰, a historicidade enfoca o homem como sujeito construtor do espaço

¹⁰ Os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos editados pelo Ministério da Educação para cada segmento da educação nacional, com um enfoque metodológico que orienta escolas e professores sobre como trabalhar os conteúdos curriculares para o desenvolvimento das competências em cada disciplina. Os PCN's apresentam princípios educativos e propõem uma articulação entre os objetivos, conteúdos, orientações didáticas e critérios de avaliação, constituindo assim uma orientação para a prática pedagógica dentro de cada área do conhecimento. (Oliveira, 112)

geográfico e sendo esse homem um ser social e cultural, imprime seus valores na construção desse espaço. Assim, a percepção espacial de cada sujeito ou grupo social é marcada por laços afetivos e referências sócio-culturais. Dessa forma, o ensino de geografia deve despertar no aluno o sentimento de pertencimento na sua realidade social.

(...) os estudos de Geografia pode deve ter como objetivo mostrar ao aluno que cidadania é também o sentimento de pertencer a uma realidade na qual as relações entre a sociedade e natureza formam um todo integrado – constantemente em transformação- do qual ele faz parte e que, portanto, precisa conhecer e sentir-se como membro participante, afetivamente ligado, responsável e comprometido historicamente. (PCN's de Geografia, 1997)

Deve também proporcionar ao aluno a compreensão crítica da realidade no qual ele está inserido. Assim, é fundamental que a geografia propicie o reconhecimento e valorização dos aspectos do lugar, pois é a partir disso que o aluno será capaz de se sentir pertencente, de maneira crítica, ao lugar e ao mundo em que vive. Como Straforini (2001) nos coloca, a geografia tem por objetivo analisar e interpretar o espaço geográfico, onde o homem, por meio de suas relações com o ambiente em que vive, produz e reproduz esse espaço. Portanto, é papel da escola, como um dos lugares onde se produz conhecimento, subsidiar os alunos no enriquecimento e sistematização de informações, para que sejam capazes de interpretar o mundo que os cerca.

Nesse sentido, de acordo com os PCN's de Geografia:

Os conteúdos devem permitir o pleno desenvolvimento do papel de cada um na construção de uma identidade com o lugar onde vive e, em sentido mais abrangente, com a nação brasileira, valorizando os aspectos sócio-ambientais que caracterizam seu patrimônio cultural e ambiental. Devem permitir também o desenvolvimento da consciência de que o território nacional é constituído por múltiplas e variadas culturas, que definem grupos sociais, povos e etnias distintos em suas percepções e relações com o espaço e de atitudes de respeito às diferenças socioculturais que marcam a sociedade brasileira

As percepções, as vivências e a memória dos indivíduos e dos grupos sociais são elementos importantes na constituição do saber geográfico, assim não devem ser negadas ou desqualificadas. Dessa maneira, torna-se fundamental inserir na proposta didática questões do universo social e cultural dos sujeitos

(alunos) no processo de ensino-aprendizagem para que os mesmos possam se sentir parte integrante do meio em que vivem.

É papel da escola propor situações capazes de estimular o diálogo entre os diferentes sujeitos e seus contextos a fim de promover a circulação de informações sobre diferentes questões. No caso específico da disciplina de geografia, é fundamental que a proposta didática e os conteúdos estudados estimulem os alunos à elaboração de um conhecimento crítico sobre a realidade social, na qual estão inseridos.

3.2. Projeto Quilombo: um novo planejamento de aulas em busca da cidadania

Em todas as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira existe uma escola de Ensino Fundamental I, envolvendo alunos de 1ª a 4ª série. No caso da Escola do quilombo de Ivaporunduva, a sala é multisseriada e a professora polivalente precisa dar conta de uma diversificada demanda, embora sejam apenas 25 alunos em média. Além de diferentes momentos da escolaridade é possível identificar também que na mesma série existem alunos em diferentes momentos da aprendizagem. Certamente não é um trabalho simples para a professora, visto que ela precisa organizar um planejamento de aula que contemple todas essas demandas ao mesmo tempo.

Os dados coletados durante o ano de 2005 nos mostraram que a metodologia de ensino da Escola do quilombo de Ivaporunduva e os conteúdos das diferentes disciplinas praticamente não se diferenciavam das demais escolas municipais da região do Vale do Ribeira. Isso ocorria por imposição da própria Delegacia de Ensino, bem como por resistência dos professores para trabalhar um conteúdo sobre o qual eles não têm domínio. Devido à grande exigência da comunidade, havia uma iniciativa para se trabalhar a história do bairro, ainda muito incipiente. Além disso, os quilombolas se ressentiam do distanciamento dos professores em relação à vida da comunidade.

“ (...) até o ano passado o professor vinha, dava aula e ia embora. Não ficava mais um tempinho. Não conhecia as nossas festas. Não

conversava muito com a gente. Assim, não dava pra ele conhecer nossos costumes e o nosso jeito de viver.” (Depoimento de um informante)

Isso começou a mudar em 2006, quando uma nova professora (seu nome é Ilza) assumiu as aulas e sua preocupação em estreitar a relação entre comunidade e a escola, trabalhando aspectos da realidade local e trazendo o universo cultural das crianças, tornou-se o eixo estruturador da proposta didático-pedagógica da escola.

Para os quilombolas é fundamental que nos primeiros anos de escolaridade, as crianças já aprendam a história de seu povo para que, quando chegarem no Ensino Fundamental II não tenham vergonha de sua condição quilombola e consigam enfrentar de maneira positiva as situações que colocam sua identidade em jogo.

Para ser aceita na comunidade como professora foi necessário apresentar sua proposta de trabalho aos representantes da Associação da Comunidade Ivaporunduva, explicitando os conteúdos a serem trabalhados e os principais objetivos de sua proposta de ensino. O eixo norteador do projeto de trabalho pedagógico da professora é o resgate e a valorização da história e cultura do povo quilombola, o que vem de encontro com as necessidades e a demanda da comunidade, assim a proposta teve aprovação imediata desses representantes.

O Projeto Quilombo assim nomeado por ela tem o objetivo de resgatar o conhecimento tradicional, conhecer a história local e assim fortalecer a cultura quilombola para que eles se tornem jovens e adultos com uma visão crítica do mundo. O Projeto Quilombo é constituído dos seguintes temas: história do bairro; história da escola; plantas medicinais; remédios caseiros; história da Igreja; superstições; lendas; dialeto; simpatias; ritos de morte; pratos típicos; frutas; tipos de artesanato; peixes; origem do nome; ditos/provérbios; histórias; festas; dança; música de raiz; entre outros.

Esses temas de trabalho serão desenvolvidos ao longo do ano paralelamente ao cumprimento do currículo tradicional. Alguns deles possibilitam desenvolver um trabalho multidisciplinar e outros constituem temas específicos tratados em uma única disciplina.

Em relação às plantas medicinais, o tema tem característica multidisciplinar e já está sendo desenvolvido na escola. Para a professora, esse tema de trabalho estimula a conscientização sobre a importância das plantas medicinais no tratamento fitoterápicos de várias doenças. Além do resgate cultural e a valorização do conhecimento tradicional do povo quilombola, o estudo vai de encontro ao grave problema da falta de recursos financeiros para a aquisição de medicamentos convencionais enfrentado pelas comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira.¹¹

Já as disciplinas de História e Geografia abordam temas específicos. História aborda os temas história da África e história local e Geografia tem como eixo temático o estudo da paisagem local. Esses temas de estudo têm por objetivo conhecer a história do povo quilombola e reconhecer no estudo da paisagem as principais transformações ocorridas no bairro. A professora espera com essa ação resgatar e fortalecer a identidade cultural e social das crianças quilombolas da comunidade Ivaporunduva.

Com as observações de aula, foi possível verificar um grande esforço da professora para trazer o universo cultural das crianças para dentro da sala de aula. Os temas propostos constituem fonte de conhecimento e aprendizagem, ao mesmo tempo em que amplia o espaço da sala de aula para o restante da comunidade, pois exigem procedimentos de pesquisa no próprio bairro e entrevistas com pais, avós, familiares e representantes da comunidade, ou seja, para o desenvolvimento da prática pedagógica é fundamental a interação entre a escola, a criança e a comunidade.

De acordo com Oliveira (2003:111),

Na construção do projeto pedagógico e do currículo, é essencial pensar nos verdadeiros alunos da escola, não em pessoas idealizadas, de modo que o resultado tenha vínculo com a realidade dos alunos e sentido efetivo para eles, que são aqueles para quem, afinal, o currículo é feito. Assim, sendo, a proximidade e a articulação da escola com as famílias e com a comunidade torna-se essencial, e é também papel do educador participar das iniciativas que visem construir e fortalecer esse vínculo.

¹¹ O quilombo Ivaporunduva faz parte do Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Plantas medicinais e aromáticas, é já está fazendo o manejo e explorando espécies nativas como: pariparoba, embauba, cana do brejo, jaguarandi, espinheira-santa e cipó-abuto.

O período das séries iniciais é o momento de construir os conceitos básicos das diferentes áreas do conhecimento e, principalmente o momento da escolaridade que os alunos estão formando os principais valores humanos. Nesse sentido, é fundamental nessa fase escolar, que os alunos tenham conhecimento de variados aspectos da realidade local em que vivem, para que possam se reconhecer como pertencentes ao seu grupo social que tem uma história e traços culturais que podem ser distintos de outros grupos sociais, que estão próximos geograficamente. É a partir do conhecimento da realidade social que o indivíduo pode se inserir no mundo como cidadão e é papel da escola formar cidadãos capazes de lutar pelos seus direitos, cumpridores de seus deveres, respeitando e valorizando as diferenças culturais presentes na sociedade.

Vale aqui, ressaltar a citação de Callai (2003:78):

Formar o cidadão significa dar condições ao aluno de reconhecer-se como um sujeito que tem uma história, que tem um conhecimento prévio do mundo e é capaz de construir o seu conhecimento. Significa compreender a sociedade que vive, a sua história e o espaço por ela produzido como resultados da vida dos homens. Isso tem de ser feito de modo que o aluno se sinta parte integrante daquilo que ele está estudando. Que o que ele está estudando é a sua realidade concreta, vivida cotidianamente, e não coisas distantes e abstratas.

Dessa maneira é importante retomar que os temas escolhidos para o desenvolvimento do Projeto Quilombo, segundo a professora, são fundamentais para as crianças quilombolas conhecerem como foi construída a sua história. Nesse aspecto, Ilza ressalta a importância das crianças fazerem a pesquisa sobre a história do bairro. Compreender como a comunidade se formou e a partir daí traçar o percurso dos negros trazidos do continente africano é um dos objetivos para os alunos atingirem.

Como já colocado anteriormente, o Projeto Quilombo iniciou em 2006 na Escola do Ivaporunduva, portanto, não é possível realizar uma análise geral do trabalho. No entanto, as observações de aula, análise das produções de alunos, as entrevistas com a professora, as conversas com os alunos e pais já revelam importantes avanços e conquistas na busca de uma educação que proporciona ao

mesmo tempo o resgate cultural, a aprendizagem da história do povo negro, o conhecimento da geografia do lugar e, ao trazer as pessoas da comunidade para ensinar sobre diferentes aspectos (ambientais, sociais, históricos e culturais) da comunidade, mostra ao aluno a importância do conhecimento tradicional.

Conclusão:

O que se nota é que a maioria dos professores de geografia ainda não está preparada para lidar com as peculiaridades socioculturais locais e ambientais da região. Além disso, por não conhecerem as diferentes culturas existentes na sala de aula, acaba por negar o diferente. Assim, se com as entrevistas realizadas com os professores de geografia do Ensino Fundamental II, o objetivo era identificar, a partir dos conteúdos e as propostas didáticas, elementos que avançassem na valorização da identidade cultural das crianças quilombolas, com o desenvolvimento da pesquisa identificamos, principalmente, elementos que caracterizam a homogeneização cultural, indo contrariamente ao que buscávamos: elementos de valorização e (re) afirmação de identidades, no caso, a identidade quilombola.

O Projeto Quilombo, por outro lado, nos mostra que é possível propor uma educação mais adequada à realidade do aluno e do seu lugar. Ao reconhecer e valorizar o conhecimento tradicional latente na comunidade, o projeto mostra que é possível superar as amarras de uma escola com o currículo rígido. Ao propor trabalhar o quilombo, trazendo para a sala de aula as diversas contribuições da comunidade, se interrompe a possibilidade dos alunos permanecerem nas práticas de uma educação bancária. Nesse sentido, a escola pode transformar a criança, de um observador atônito num sujeito importante na construção do conhecimento.

No entanto, a necessidade de tornar a escola mais próxima da realidade social e cultural dos alunos, valorizando a sua identidade cultural precisa ser realizada numa perspectiva universal, ou seja, a criança precisa olhar o local com os olhos do mundo, como diz Callai (2000). Se for objetivo da escola formar

cidadãos capazes de (re) construir a sua própria história num Brasil pluriétnico, respeitando, portanto, as diferenças culturais, é papel da escola propor também o conhecimento de outras realidades. Dessa forma, o quilombo não pode ser estudado e compreendido por ele mesmo, pois o quilombo está no mundo, assim como o mundo está no quilombo. A escola precisa preparar as crianças para transitarem na ponte quilombo-mundo e mundo-quilombo.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, Alfredo Wagner. 1999. Os quilombos e as novas etnias. In: LEITÃO (org). *Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais*. São Paulo: Instituto Sócioambiental.

Andrade, Lúcia & Treccani, Giralomo. 2000. Terra de Quilombo. In: LARANJEIRA, Raimundo (org.). *Direito Agrário Brasileiro – hoje*. São Paulo: LTr.

Andrade, Tânia, Pereira, Carlos A. Claro & Oliveira, Maria Regina. 2000. *Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território*. São Paulo, Cadernos do ITESP, n.3.

Biagione, Angela & Berlanga, Maria Sueli. 1999. *Metodologia do trabalho com as comunidades negras do Vale do Ribeira*. Documento de Trabalho, Eldorado.

Callai, Helena Copetti. 2003 O estudo do município ou a geografia nas séries iniciais. In: *Geografia em sala de aula: em sala de aula- práticas e reflexões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Canen Ana. 2001. Universos culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural. Campinas: Revista Educação & Sociedade.

Carril, Lourdes de Fátima. 1995. *Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo.

Diegues, Antônio Carlos Santana. 2000. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, NUPAUB/ USP.

Dória, Siglia Zambrotti. 1996. *A luta pela terra: os remanescentes de quilombos do Rio das Rãs*. Boletim Informativo NUER, vol.1, n.1.

Fleuri, Reinaldo Matias. 2000. Currículo e Intercultura. In: GONSALVES, Elisa Pereira (org). *Currículo e Contemporaneidade: questões emergentes*. Campinas: Alínea.

Furlan, Sueli Angelo. 2000. *Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação Parque Estadual de Ilha Bela)*. Tese de Doutorado, Depto Geografia/FFLCH, USP. São Paulo.

Freire, Paulo. 1993. *Política e educação*, São Paulo: Cortez.

Leite, Ilka Boaventura. 1989 *Quilombos e quilombolas. Cidadania ou folclorização?*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, 10, maio.

Menezes, Lais Almeida. 1998. *O movimento e os atingidos por barragens: representantes e representados*. Temas, Araraquara, 4.

Mirales, Rosana. 1998. *A identidade quilombola das comunidades Pedro Cubas e Ivaporunduva*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC, São Paulo.

O'dwyer, Eliane Cantarino (org). 2002. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Pontuschka, Nídia Nacib. 1998. *Reflexões sobre a presença de Geografia no ensino médio*. Revista de Geografia e Ensino, v. 7, n.1, Belo Horizonte.

Queiroz, Renato S. 1983. *Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de Antropologia Econômica*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo.

Scocuglia, Afonso Celso. Paulo Freire. 2000. Conhecimento, aprendizagem e currículo. In: In: GONSALVES, Elisa Pereira (org). *Currículo e Contemporaneidade: questões emergentes*. Campinas: Alínea.

Schmitt, Alessandra; Turatti, M. Cecília M.; Carvalho, Maria Celina P. 2002 A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. In: *Ambiente Sociedade*. Ano V, n. 10.

Stucchi, Deborah (coord.). 1996. *Os bairros rurais negros do Vale do Ribeira*. Relatório Antropológico. Procuradoria da República. São Paulo.